

**12.ª COMISSÃO DE CULTURA, COMUNICAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO**

**AUDIÇÃO 66-CCCJD-XV**

4 de janeiro 2024

(09:00-10:50)

**Ordem do dia:** Audição, a requerimento do Grupo Parlamentar do BE, do ex-diretor da TSF Domingos Andrade, sobre o Global Media Group.

**Entidades Ouvidas:**

Ex-diretor da TSF Domingos Andrade

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Carla Sousa): — Muito bom dia a todos e a todas, cabe-me a mim, hoje, presidir aos trabalhos da Comissão.

*Eram 9 horas.*

Temos duas partes nesta reunião. Para iniciar, temos a audição, a requerimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, do ex-Diretor da TSF, Domingos Andrade, sobre o Global Media Group, tema que temos vindo a debater de forma bastante aprofundada.

Quero dar-lhe as boas-vindas e fazer uma declaração de interesses. Conheço o jornalista Domingos Andrade há já alguns anos. Tenho a infelicidade de o ver nesta Casa por estas razões, por uma crise instalada no Global Media Group.

Dou-lhe conta de como decorrem os trabalhos: são 5 minutos para o grupo parlamentar requerente, neste caso o Bloco de Esquerda, que irá fazer uma intervenção inicial. O jornalista Domingos Andrade tem 5 minutos para resposta e, entretanto, seguem-se os restantes grupos parlamentares. Iniciaremos pelo PSD, depois o PS e com a restante ordem do método de Hondt. Cada grupo parlamentar tem 5 minutos para a sua intervenção e, no final, Domingos Andrade dará resposta a todos.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, tem a palavra, por 5 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, em primeiro lugar, queria agradecer ao Domingos Andrade a presença aqui. É muito importante esclarecermos algumas dúvidas sobre o que parece ser uma hecatombe na

Global Media, sobretudo para os seus trabalhadores, estando em causa, potencialmente, até um despedimento coletivo de centenas de trabalhadores, além de um grande grupo de comunicação social, muito importante para a pluralidade e para a democracia neste País.

É por isso mesmo que contrastamos esta disponibilidade para estar aqui com a da atual Administração, nomeadamente de José Paulo Fafe, que recusou — em termos, até, da minha parte e de muitos de nós, considerados inaceitáveis — vir ao Parlamento prestar alguns esclarecimentos.

Vou tentar ser muito direta, porque não temos muito tempo. A saída de Domingos Andrade da Administração da Global Media, e concomitantemente também da TSF, levantou o protesto, na altura, do Conselho de Redação que considerou que estávamos perante uma flagrante violação da Lei de Imprensa, por não ter sido consultado pela Administração pela saída do, na altura, diretor editorial, lugar para o qual, depois, foi nomeado o jornalista Rui Gomes, sendo, mais tarde, nomeada para a TSF Rosália Amorim. Isto correspondeu a um período de alterações sobretudo na Administração da Global Media.

Em setembro de 2023, entram, precisamente, José Paulo Fafe, Diogo Agostinho e Filipe Nascimento para o Conselho de Administração, e saem Domingos Andrade e António Saraiva.

Primeira pergunta: porque é que Domingos Andrade sai da Administração nesta altura? É uma escolha do novo acionista? Sabe-se que a entrada de José Paulo Fafe para a Administração é uma escolha do World Opportunity Fund, portanto do novo acionista que, em julho, tinha comprado a maioria da Global Media através da Páginas Civilizadas.

A segunda questão é se Domingos Andrade tem alguma informação sobre as negociações que levaram à entrada deste World Opportunity Fund, um fundo estrangeiro, na Global Media; negociações essas que foram levadas

a cabo por Marco Galinha. Tem noção de qual é o papel da potencial venda da participação da Global Media na Lusa nessas negociações para entrada de capital estrangeiro? Qual é a origem desse capital estrangeiro e, portanto, quem é que são os verdadeiros detentores desse fundo?

As restantes questões que lhe queria colocar já têm a ver com a situação da empresa neste período de transição. Em setembro, deu-se a entrada de José Paulo Fafe que só vem a assumir o Conselho Executivo em novembro. Mas, nesta altura de transição, a diretora da TSF, Rosália Amorim — inclusive quando é contactada — diz que foi feito um conjunto de promessas sobre investimentos que viriam a ser feitos, sobretudo na TSF, ou pelo menos na TSF.

Pergunto-lhe, porque sei que o Domingos Andrade tentou — ou pelo menos defendeu — que esses mesmos investimentos fossem feitos na TSF, se obteve as mesmas garantias por parte da Administração, e se o surpreende que, duas semanas depois de essas promessas serem feitas, de repente, tenha havido um discurso de desvalorização completa do Grupo, em que surgem, por parte do CEO (*chief executive officer*) do Grupo declarações sobre dívidas, de vários montantes, a várias entidades, e uma situação financeira catastrófica.

Pergunto-lhe se essa situação financeira, grave a ponto de levar a um potencial despedimento de centenas de trabalhadores, já era do conhecimento da Administração na altura em que se dá a entrada do World Opportunity Fund, pelo menos a um nível que levasse a crer, ou a antecipar, que o que viria a acontecer seria não um investimento na empresa para novos mercados e novos títulos e para potenciar os títulos de língua portuguesa, como foi dito na altura, mas sim a destruição de alguns títulos do Grupo, eventualmente para o transformar numa outra coisa.

Por último, e porque o meu tempo acabou, queria perguntar-lhe se tem conhecimento de alguma decisão por parte do Conselho de Administração, anterior à entrada de José Paulo Fafe, que possa corresponder àquilo que José Paulo Fafe anunciou como sendo «potenciais ilegalidades», ou problemas nas contas que possam corresponder à falta de transparência e, até, não corresponder à legalidade, como, aliás, anunciou publicamente — que haveria problemas nas contas para trás.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Carla Sousa): — Passava então a palavra a Domingos Andrade, por 5 minutos também.

O Sr. **Domingos Andrade** (Ex-diretor da TSF) — Bom dia, Sr.<sup>as</sup> Deputadas e Srs. Deputados.

Virei aqui as vezes que os Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas acharem útil e necessário que cá venha, embora não estranhasse que a simples circunstância de vir aqui colaborar com esta Comissão, colaborar com a verdade dos factos — ou pelo menos aquela a que tenho acesso — não me pudesse acarretar maiores dissabores do que aqueles que tenho vindo a sofrer nos últimos, largos, meses. Este é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que não posso despir-me de emotividade estando aqui, não posso despir-me de emotividade perante o que está a acontecer com aquelas redações.

O que está a acontecer com aquelas redações é de uma gravidade a que nunca julguei possível assistir em democracia. Nós não estamos apenas a assistir ao fim de marcas, nós estamos a assistir à destruição reputacional de marcas e de redações e estamos a assistir a isso partindo a espinha dessas

redações e partindo a espinha dessas redações pela fome — e eu não estou a exagerar.

Se em cidades como o Porto, apesar de tudo, ainda existem redes informais de interajuda e as pessoas se vão desenrascando, imaginem o que é numa cidade como Lisboa, onde efetivamente as pessoas ganham mal, onde a rede informal não é tanta nem tão forte quanto o é no Porto, imaginem o que é que não estão a sofrer essas pessoas que só hoje receberam o subsídio de alimentação. E, desculpem, isso é mais importante do que tudo o resto.

Agora todos os factos são públicos. Nesta altura todos os factos são públicos e os Srs. Deputados sabem, melhor do que eu, a compatibilidade desses factos com o Estado de direito. E essa é uma questão que vos cabe a vocês que estão aqui presentes.

Tentando passar ao lado deste lado emotivo, não posso deixar de sentir o que todas as pessoas que estão nas redações sentem, e de o sentir com violência afetiva. Isto porque sei de casais que têm dificuldades e que ganham 800 € por mês, ambos a trabalharem no mesmo sítio, e de correspondentes que estão em Paredes de Coura ou em Montalegre e que ganham, às vezes, uma miséria, que sacrificam a vida pessoal para noticiarem e para levarem ao País centralizado o que se passa no interior do País, como é o caso de todos os correspondentes que trabalham para o *Jornal de Notícias*, e que começaram a trabalhar também para a própria TSF, em acumulação. Não posso deixar de ficar incomodado com o que está a passar.

Como não posso deixar de ficar incomodado com a extinção, pura e simples, e com a intromissão, pura e simples, de uma Administração num espaço de opinião e de programação de uma rádio como é a TSF.

Não posso acreditar que não vos doa a alma, a todos nós que ouvimos a rádio — a rádio que fundou a rádio —, sejamos de esquerda ou de direita,

ou de centro, ao ligar a rádio de manhã e ouvir música do princípio ao fim, e que não sintam a dor daquela gente que vai para os microfones todos os dias de manhã tentando fazer uma voz como se nada se passasse, mas passando, efetivamente passando.

Aqui até poderia dizer que havia custos enormes, em relação à TSF, com a opinião e a programação e que, portanto, era preciso cortar por algum lado. Ora, não deveria dizer isto, mas, infelizmente, a maior parte da opinião na TSF não era remunerada — nem os programas, salvo raríssimas exceções. Portanto, se há aqui uma intromissão clara, por parte de uma administração, numa linha editorial de um órgão de comunicação social, é preciso que as entidades competentes atuem a esse nível. E é preciso que atuem com maior celeridade do que aquela que têm demonstrado nos últimos meses.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, são muitas perguntas. Deixe-me tentar ser rápido, fazendo uma síntese, tentando dar algumas respostas concretas àquilo que me pergunta.

Ponto número um: em 2000, entrou esta nova Administração. Regressei ao *Jornal de Notícias* em 2014, tendo o *Jornal de Notícias* passado por um processo de despedimento coletivo.

O Grupo todo tinha passado por um processo de despedimento coletivo e atravessava grandes dificuldades. O objetivo, quando se chegou ao *Jornal de Notícias*, foi recuperar uma parte das marcas, o que foi, de algum modo, conseguido, com resultados muito positivos para o *Jornal de Notícias*, que foi sendo transformado ao longo desses últimos anos, entre 2016 e 2020, num novo grande porta-aviões do Grupo, coisa que tinha perdido entre 2008 e 2014.

O Grupo atravessava grandes dificuldades, teve investimentos que foram ruinosos, tanto quanto me foi dado perceber — eu então, integrava a

direção do *Jornal de Notícias* —, nomeadamente investimentos em vídeo, no *gambling*, coisas que se achava que eram a moda, que foram, de algum modo, ruinosos e que levaram a uma situação de crise em 2020, que se agudizou com o *lockdown* que o mundo sofreu e que teve um impacto muito particular na Global Media Group, já com grandes dificuldades de tesouraria. O problema era chegar sempre ao final do mês e cumprir com as obrigações para com cada um dos seus jornalistas.

Entrou um novo acionista, Marco Galinha, que me convidou para assumir funções de administração, com a área editorial e mantendo também a direção de uma das marcas, a TSF.

A minha casa sempre foi o *Jornal de Notícias*, é preciso dizer-lhe, até ao momento em que vim para a TSF, que era a minha rádio, sempre foi a minha rádio — como é de tantos nós —, e onde, em equipa, fomos capazes de manter a dignidade de um projeto, apesar de todas as dificuldades.

E a dignidade de um projeto de rádio significa que todas aquelas pessoas, toda aquela gente, com o seu esforço — como vi muito poucas vezes e em poucas redações, e já passei por algumas —, com toda aquela entrega, foi capaz de «segurar as pontas» da rádio, levando a que a rádio tivesse, por exemplo, em 2021, pela primeira vez na sua história, EBITDA (*Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization*) positivo e também, enfim, resultados líquidos negativos, mas muito baixos — foi um recorde único na história da rádio.

Para terminar, tudo o que aconteceu entre 2020 e 2023 foi uma tentativa de corte de custos, que passava, em primeiro lugar, pelos custos que entendíamos que eram gorduras que estavam no Grupo e que poderiam, e deveriam, ser cortadas, nomeadamente, por exemplo, a diminuição do número de pisos nas Torres de Lisboa.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Muito obrigada, Domingos Andrade.

Terá tempo, obviamente, para explicar todo esse processo depois das diversas intervenções que vão ser feitas agora pelos restantes grupos parlamentares.

Passava a palavra ao Grupo Parlamentar do PSD. Será o Sr. Deputado João Montenegro a fazer a intervenção, tendo para o efeito 5 minutos.

O Sr. **João Montenegro** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, cumprimento o Sr. Jornalista Domingos Andrade e as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados.

O Partido Social Democrata está efetivamente preocupado com tudo o que se está a passar no Global Media Group. Sobretudo, está solidário com os jornalistas que lutam pela sobrevivência e manutenção dos seus postos de trabalho. Mas o PSD também está preocupado com o futuro de um dos maiores grupos de informação em Portugal.

Com aquilo que vamos sabendo, quer nesta Comissão, nas audições já realizadas, e também com aquilo que vamos lendo na comunicação social, só nos apetece dizer que o jornalismo está em crise, e se o jornalismo está em crise, então a nossa democracia também atravessa momentos de grande fragilidade.

O Grupo Global Media tem títulos respeitados e consagrados no plano da comunicação social nacional. Entram em nossa casa todos os dias, quer em formato de papel, no digital ou via rádio, e são portadores das notícias da nossa terra, do nosso País e do mundo em que vivemos. Estes títulos de que hoje falamos fazem parte da vida dos portugueses, e a crise que atravessa este Grupo levanta-nos grande preocupação.

O Global Media Group anunciou um eventual despedimento coletivo de centenas de trabalhadores. Qual é o argumento que invoca? O perigo de insolvência da empresa e a tentativa de reerguer o projeto jornalístico. O despedimento coletivo deverá ser de 150 a 200 jornalistas. Desse número, 40 jornalistas pertencem ao *JN*, 30 à TSF e um número indeterminado ao jornal desportivo *O Jogo*.

A Administração do Grupo também abriu um programa de rescisões por mútuo acordo para trabalhadores até 61 anos, com contrato sem termo, sendo que as compensações serão divididas por 18 meses, segundo um comunicado interno de 11 de dezembro de 2023.

Os ordenados de novembro foram pagos em atraso, o subsídio de Natal vai ser pago em duodécimos, ao longo dos próximos 12 meses, e o Grupo já anunciou que está a fazer todos os esforços para que o atraso seja o menor possível. Garantiu ainda estar a adotar medidas para viabilizar a sobrevivência e a normalização de procedimentos, de modo a que a partir de janeiro — portanto, este mês — possam salvaguardar a viabilização e a salvação das diferentes marcas do Grupo.

Pergunto ao Sr. Jornalista Domingos Andrade — tendo em conta a sua experiência e aquilo que conhece da parte do Global Media Group — se esta Administração tem condições para garantir a sustentabilidade do Grupo e se há futuro para o Global Media Group?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Carla Sousa): — O Sr. Deputado ainda tinha mais algum tempo disponível, pelo que poderá requisitá-lo mais tarde.

Passava então a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Rosário Gambôa, do Partido Socialista, que também terá 5 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Rosário Gambôa** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, queria cumprimentar o Sr. Jornalista Domingos Andrade e dizer-lhe que nós também estamos solidários, não só com a situação que consideramos ser a coisa mais grave que existe — a da fome dos trabalhadores —, como também, e fundamentalmente, com a destruição de um conjunto de marcas importantes de um grupo fundamental.

Centrando-me agora na sua audição, e muito nas funções que exerceu enquanto membro da Comissão Executiva do Global Media e de Diretor Editorial da TSF, gostava de lhe colocar um conjunto de questões. O Presidente da Comissão Executiva na altura, Marco Galinha, confirmou à Lusa, no dia 4 de agosto deste ano, a entrada do fundo World Opportunity Fund (WOF) com uma posição maioritária. A primeira questão que eu gostava de lhe colocar é a seguinte: desde quando é que se fazia sentir, ou era visível, a presença do fundo dentro da empresa?

A segunda questão era se, na altura desta reestruturação quando o fundo entrou, ainda com a sua presença na Comissão Executiva, teve conhecimento de quem eram os acionistas que integravam o fundo e qual a natureza do projeto que pretendiam concretizar. Teve alguma informação sobre isso?

Depois, noutra ordem de questões, num comunicado que foi enviado aos trabalhadores do Global Media Group, dizia-se que iria ser elaborado um grande plano estratégico. O CEO, na altura, já dizia que seria o mais ambicioso projeto de crescimento de um grupo de *media* em Portugal e que todas as direções editoriais se iriam manter, com a exceção da TSF. O Domingos Andrade foi demitido no dia 11 de setembro. Eu gostava, se pudesse, que me esclarecesse as razões que foram invocadas pelo CEO para a sua demissão, quer como membro executivo do Conselho de Administração, quer como diretor da TSF.

O CEO nomeado pelo grupo explicou-lhe, alguma vez, em termos mais particulares, qual a estratégia para o Global Media Group e para as suas diversas marcas? Relativamente à TSF, houve alguma orientação?

Durante o tempo que exerceu funções no Global Media, alguma vez sentiu pressões ou mesmo a intromissão editorial na TSF ou noutros títulos do Grupo?

Pergunto, também, se tem conhecimento de qual era a situação financeira — há um bocadinho já se referiu a isso — da Global Media em 2023, antes da entrada do World Opportunity Fund? A este propósito, gostava de recordar uma coisa: em fevereiro desse ano, Guilherme Pinheiro, à época CFO (*chief financial officer*) do Grupo, afirmou o seguinte: «Quaisquer que sejam os indicadores de gestão que queiramos analisar, não haja qualquer dúvida de que o Grupo Global Media hoje, está mais sólido». Afirmou ainda o seguinte: «Terminamos cada ano mais sólidos do que o ano anterior e hoje a Global Media é um grupo operacionalmente rentável, praticamente sem dívida bancária e com capitais próprios reforçados».

A TSF — segundo os dados do Portal da Transparência da ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social) relativos ao ano de 2021 — apresentava prejuízos na ordem dos 289 mil euros. Mas nos gráficos que a Administração apresentou aos representantes de trabalhadores no dia 21 de setembro de 2023, esses prejuízos eram superiores a 1 milhão de euros, prevendo a Administração que terminasse o ano de 2023 com prejuízos a rondar os 2 milhões. Isto é um desfasamento imenso. Pergunto-lhe, como membro da Comissão Executiva, em exercício até dia 11 de setembro, se considera fundamentadas, ou com algum fundamento, estas declarações?

O novo CEO também anunciou um investimento que o fundo teria feito e que ascendia a 12 milhões de euros. Não existem, não temos conhecimento

de investimentos feitos no *core business* da empresa, que é a comunicação social — era aí que deviam ter sido feitos os investimentos. Não existiu aumento de despesa, antes, diminuição: com cortes nos trabalhadores e colaboradores, de 200 para 150, hipoteticamente; com ausência do pagamento de salários a 550 trabalhadores do grupo, subsídio Natal e por aí fora. Contudo, o CEO alega que sem estes cortes será previsível a falência da empresa. Pergunto se acha que é credível este cenário, transmitido pelos novos investidores do Grupo, ou se entende que isto é uma estratégia de desvalorização da reputação das marcas do Grupo?

O novo CEO também fez comentários públicos à gestão de Domingos Andrade como membro da Comissão Executiva e Diretor Editorial da TSF, considerando que Domingos Andrade teria feito promessas de desenvolvimento das marcas e ajustes salariais decorrentes da inflação. Considera corretos estes comentários?

Finalmente, gostava de lhe perguntar — como jornalista e ex-diretor de dois títulos do Grupo, na sua ligação profunda ao *JN* e como ex-Administrador da Global Media — como é que o Domingos Andrade imagina o Grupo e estas marcas fundamentais de relevo, daqui a um ano, ao nível do panorama da comunicação social do País?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Carla Sousa): — Passava agora ao Grupo Parlamentar do Chega, com o Deputado Jorge Galveias, que também tem 5 minutos.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, abordamos, mais uma vez, uma questão de suma importância para o panorama mediático e cultural do nosso País.

A presença do Sr. Domingos Andrade, ex-diretor da TSF, nesta comissão, que o Chega agradece, é crucial para entendermos as implicações da crise que assola o Global Media Group e, mais especificamente, a TSF.

A TSF tem sido um bastião do jornalismo em Portugal, tendo-se transformado num órgão de comunicação social de referência e com influência na sociedade portuguesa. A sua situação atual é o reflexo das dificuldades enfrentadas pelo setor dos *media*. A crise no GMG (Global Media Group) não é apenas uma crise empresarial, é uma crise de informação, de cultura e de cidadania.

Sr. Domingos Andrade, como figura central nesta discussão, a sua perspetiva é crucial para entendermos a magnitude e as implicações desta crise, crise esta que levanta sérias questões, não apenas sobre a gestão e sustentabilidade financeiras, mas também sobre a liberdade de imprensa e a diversidade de vozes da nossa sociedade.

Apesar do Global Media ser um grupo empresarial privado e a Casa da democracia pouco poder fazer, estamos aqui para procurar respostas, soluções e, acima de tudo, um caminho a seguir que garanta a continuidade deste importante órgão de comunicação social. É, portanto, com sentido de urgência e responsabilidade que lhe peço que nos esclareça sobre os vários aspetos desta crise, para que possamos, enquanto representantes do povo, buscar soluções e caminhos para a salvaguarda do jornalismo em Portugal.

Como tal, começo por lhe pedir que nos detalhe as principais causas que, na sua perspetiva, levaram à atual crise financeira e estrutural no Global Media Group, e se acredita que estas causas poderiam ter sido mitigadas ou evitadas.

Quando é que a Direção da TSF tomou conhecimento da gravidade da situação financeira do Grupo? Existiam sinais anteriores que indicassem esta

iminente crise? As mudanças na gestão e a crise financeira afetaram a liberdade editorial e a independência jornalística na TSF?

Quais as estratégias ou as medidas que considera essenciais para a recuperação do GMG e, por extensão, da TSF? Existem planos concretos que possam ser implementados para garantir a sustentabilidade financeira e editorial destas instituições?

Sendo a TSF uma empresa privada e não tendo a ERC grande margem de manobra — segundo eles próprios afirmaram —, qual deveria ser o papel do Governo e dos órgãos reguladores na prevenção e gestão de crises em grandes grupos de *media* como o GMG? Acredita que serão necessárias medidas adicionais de apoio ou de regulamentação?

No seu parecer, qual foi o real impacto desta crise nos jornalistas e outros profissionais da TSF? Como é que foi, e tem sido, a vossa relação e a comunicação com os novos investidores em relação à gestão do Grupo e às decisões que afetaram a sustentabilidade financeira?

Temos esta situação dos salários e subsídios de Natal dos jornalistas que, ao que parece, está a ser resolvida, e que, de certa forma, nos preocupa, pelo que gostaria de saber se por estar a ser resolvida, isso traz realmente uma solução definitiva?

O incómodo que aqui nos traz faz-nos logicamente doer a alma, como referiu. E, por isso, gostaria de colocar a seguinte questão: parte dos jornalistas, como é sabido, vencia salários baixos, diria mesmo indignos. O Sr. Domingos Andrade, enquanto administrador, não recebia qualquer remuneração, mas pergunto-lhe se é verdade que, como responsável editorial, o seu ordenado era de 8800 € mensais?

Por fim, acumulou as funções de diretor editorial do Grupo e de diretor da TSF, como Administrador Executivo e Diretor de Conteúdos. Não considera que existiria uma ingerência na conjugação destes dois cargos?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Carla Sousa): — Por fim, passava a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do PCP, que também tem 5 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, cumprimento também Domingos Andrade, agradecendo a sua presença.

Temos vindo a debater as questões em torno da situação do Global Media Group e queria começar por referir a nossa preocupação, solidariedade e intervenção no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores. O que está a acontecer neste momento é inaceitável, com o despedimento que se pretende fazer de cerca de 200 trabalhadores, reduzindo em mais de um terço o número de trabalhadores do Grupo, segundo os dados que foram aqui partilhados connosco. No entanto, esta é uma linha de atuação que já vem do passado, porque já tinha havido redução do número de trabalhadores.

Claramente, as questões que aqui têm sido colocadas, pelas organizações representativas dos trabalhadores, em relação à redução das redações são, de facto, uma realidade que coloca em causa os próprios títulos e os órgãos de comunicação social, o rigor, a qualidade da informação e também a pluralidade e a independência da informação para os cidadãos.

Este era um primeiro aspeto. Consideramos que não só os postos de trabalho devem ser salvaguardados, como naturalmente todos os direitos dos trabalhadores devem ser respeitados e devem ser cumpridos. Fez referência, logo no início da sua intervenção, que já havia aos atrasos no pagamento dos salários, que o salário dezembro ainda não ter sido pago e o subsídio de Natal

não ter sido pago e que havia trabalhadores em situação de recibos verdes cujos salários também não são pagos já há alguns meses.

Portanto, aproveito também esta intervenção para referir que este é um aspeto que para nós tem de ser assegurado e tem de ser cumprido. Por isso, o PCP solicitou, e está previsto realizarem-se para a semana, audições quer com a Ministra do Trabalho quer com o Ministro da Cultura, porque há aqui questões de direitos trabalhadores. Há questões que se prendem com a situação da comunicação social, mas o Governo tem também de intervir para salvaguardar o cumprimento do que está na legislação, no que diz respeito aos direitos trabalhadores.

Foi com muita preocupação que vimos o evoluir da situação no Grupo Global Media. Há um conjunto de aspetos que temos referido nestas audições sobre os quais pedia que partilhasse connosco os elementos e as informações que tem relativamente a estas situações.

Relativamente à entrada do fundo no Grupo, cuja titularidade, propriedade, estratégia e o que é que pretende não se conhece, ainda não conseguimos perceber, no conjunto destas audições, o que é que está em cima da mesa. Portanto, tendo em conta as funções que desempenhou, que elementos é que dispõem relativamente a esta matéria? O que é que conhece, o que é que está previsto?

Foi tornada pública a intenção de investimentos, de crescimento, mas passados estes meses, aquilo que vemos é exatamente o oposto. Não bate certo o investimento em crescimento com o querer-se despedir cerca de 200 trabalhadores. Não bate certo essa linha de investimento com a redução, como fez referência na sua intervenção, com o pôr fim a um conjunto de programas, nomeadamente na TSF, mas também nos restantes títulos, representando dificuldades acrescidas para a manutenção da sua identidade. Ontem era dado

o exemplo, relativamente ao *JN*, do fim das prestações de serviço com um conjunto de correspondentes, o que colocava em causa a identidade do próprio jornal.

Portanto, era importante saber o que é que conhece do fundo e da estratégia do fundo para os órgãos de comunicação social detidos pelo Grupo Global Media. Nas diversas notícias que foram tornadas públicas nos órgãos de comunicação social falava-se num plano de estruturação, mas que plano de reestruturação é este? Porque aquilo que se está a ver é só uma intenção clara e objetiva de reduzir as redações, colocando em causa o rigor e a qualidade da informação. O plano de reestruturação resume-se a isto, à redução e ao despedimento por parte dos trabalhadores?

Há também questões do plano económico e financeiro que importa clarificar, nomeadamente qual é, de facto, a situação financeira do Grupo e que evolução é que houve nestes últimos meses, sendo que recentemente foram tornadas públicas, inclusivamente, contradições entre os diversos acionistas do próprio Grupo.

Também gostaríamos de perceber o que é que esteve por detrás do facto de ter sido afastado das funções que desempenhava. E a última questão é: como é que vê o futuro quer para este conjunto de órgãos de comunicação social e para o Grupo Global Media, com todos estes elementos que se conhecem? Que perspetiva é que tem daqui para a frente?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Carla Sousa): — Passava novamente a palavra à Deputada Joana Mortágua, por 2 minutos, para fazer o encerramento desta primeira ronda. Caso haja necessidade de fazermos a segunda logo o discutiremos.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sem acrescentar muitas perguntas porque, como já vimos, a grande parte das dúvidas prende-se com as questões de gestão no período em que estive na Administração e a muitas delas acho que ainda vai responder, nomeadamente todas as que têm a ver com a origem, os propósitos e as intenções do novo fundo, que ganhou características humanas, como dizem os trabalhadores, que tem vontades, desejos e, pelos vistos, também tem muitas perversidades. Uma delas tem a ver precisamente com os salários.

Depreendo das suas palavras que estes cortes salariais ou, melhor, que o não pagamento destes salários corresponda a uma forma de assédio e não a problemas financeiros imediatos que a empresa tivesse. É essa a leitura que faço também das contas da empresa.

No entanto, há resultados líquidos, já aqui referidos, tanto em relação à TSF quanto em relação ao Grupo, que nos parecem inexplicáveis, porque, de facto, há um aumento muito grande dos resultados líquidos negativos que, no caso do Grupo, entre 2021 e 2022, de 100 %, para que não se encontra qualquer explicação.

Não sei se nos consegue apresentar uma explicação. Há, nas contas do Grupo, numa categoria que é «adiantamentos por conta de lucros a acionistas», um valor de 800 mil euros, que não consigo contextualizar, porque não tenho o contexto das contas. Pergunto-lhe se é isto que justifica parte dessa diferença nos resultados líquidos e o que é que aconteceu às contas da empresa e se há, de facto, um problema.

A questão de fundo que queremos compreender é esta: se havia efetivamente um problema brutal nas contas da empresa, o que é que o justificou, o que é que o motivou, se era do conhecimento do novo fundo e, nesse caso, qual era a intenção do novo fundo ao tomar conta do Grupo, ou se

o novo fundo foi enganado, peço desculpa pela palavra, na altura de investir num grupo que, na verdade, estava na falência, mas que não sabia que estava na falência — o que é estranho, porque naturalmente há testes que se fazem na altura de fazer investimentos deste tipo.

Já lhe perguntei que conhecimento é que tem sobre as negociações que foram feitas para a entrada do novo fundo. Mas Miguel Sousa Tavares, que é um homem da comunicação social, disse que José Paulo Fafe não é um homem recomendável para estar à frente de um grupo como a Global Media. Pergunto-lhe, até porque foi na entrada de José Paulo Fafe que Domingos Andrade saiu, que avaliação é que faz da gestão de José Paulo Fafe à frente deste Grupo.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Carla Sousa): — Bem, terminada esta ronda, o jornalista Domingos Andrade tem 22 minutos para tentar responder a todas as questões que lhe foram suscitadas. Vou ser também benévola relativamente a esse tempo, obviamente, mas o ponto de partida é esse.

O Sr. **Domingos Andrade**: — Vou tentar ser mais racional do que fui na minha intervenção inicial, indo diretamente ao osso das perguntas.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Rosário Gambôa perguntou desde quando foi visível a presença de fundo dentro da empresa. Peço desculpa se não tirei as notas como deveriam ser tiradas e se não registei as perguntas com a exatidão que mereceriam, e peço que me corrijam se houver alguma interpretação errada da pergunta que me fizeram.

Desde quando foi visível a presença do fundo da empresa? A primeira vez que tive conhecimento oficial de que iria entrar um novo fundo para o Grupo foi em meados de maio. E tive conhecimento a partir de um telefonema

de Marco Galinha, que era então CEO, dizendo-me que iríamos ter ajuda de um novo administrador, que se chama Paulo Lima de Carvalho, e esse administrador viria pelo dito cujo fundo, cujas negociações estariam em bom andamento. Ponto final, parágrafo, foi isso.

Fui saber, como é da minha obrigação, quem era o Sr. Paulo Lima de Carvalho, percebi que trabalhou em várias áreas, nomeadamente na Casa da Música, no Porto, e também que tinha ligações a uma empresa que se chama Sentinel Criterium. Depois foi só googlar, e essa empresa permitiu-me ver que tinha ligações a uma empresa de assessoria para a comunicação e que tinha ligações a um familiar de Luís Bernardo, de uma outra empresa que se chama WL Partners.

Portanto, li na revista *Sábado* um trabalho de investigação que, enfim, haveria aqui um cruzamento de interesses entre esta Sentinel Criterium e a WL Partners do Luís Bernardo. Aliás, nos concursos para assessoria para as câmaras municipais, costumavam concorrer a ambas e ora ganhava uma, ora ganhava outra. Mas isso foi o que eu li na revista *Sábado*, tenho isso de memória — julgo que esse artigo saiu no início de fevereiro de 2022 —, e obviamente fiquei apreensivo, tendo em conta algum histórico que já havia no próprio Grupo, por exemplo, de tentativa de controlar as parcerias com as câmaras municipais. Fiquei obviamente apreensivo, mas, enfim, a vida é o que é, e as pessoas têm o seu passado e o seu presente, vamos em frente.

Paulo Lima de Carvalho acabou por assumir praticamente a gestão de todas as áreas, menos da minha área em concreto, o editorial. Mais do que do financeiro eu tratava, sobretudo, da questão editorial e daquilo que eram as necessidades das redações.

A segunda pergunta da Sr.<sup>a</sup> Deputada Rosário Gambôa era se tive conhecimento dos acionistas e qual é o objetivo. Não tive nunca conhecimento

de qual era o objetivo dos acionistas, não sabia, e aproveito para responder também à Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, dizendo que nunca tive nenhuma reunião com o Sr. José Paulo Fafe, como não tive nenhuma reunião com o Sr. Diogo Agostinho, administrador que saiu agora recentemente acusado de traição pela própria Administração presente — isso é público, estou apenas a citar aquilo que tem vindo a público.

Nunca tive nenhuma reunião com eles, a única reunião que eu tive foi com o Sr. Paulo Lima de Carvalho e com o Sr. Filipe de Nascimento. Tive uma reunião no dia, se não me falha a memória, deixem-me só ver esta nota por favor, no dia 7 ou 8 de setembro, mais coisa menos coisa. Isto depois de toda a equipa da Comissão Executiva ter chamado o, então, meu diretor executivo Pedro Cruz, convidando-o para ser meu interino, o que ele terá recusado depois de perguntar se eu tinha sido questionado sobre isso.

No dia 7 de setembro, tive uma reunião com o Sr. Paulo Lima de Carvalho e com o Sr. Filipe Nascimento — foi a única que eu tive. Nessa reunião, basicamente, o que me disseram foi que me queriam afastar da TSF, porque era preciso encontrar uma solução no regresso a casa, ou seja, no regresso ao *Jornal de Notícias*. E eu respondi, do princípio ao fim, mais ou menos isto: estava diretor da TSF, pretendia continuar de diretor da TSF, enquanto a redação da TSF me quisesse como diretor da TSF, e que qualquer alteração ao meu quadro laboral vigente deveria ser precedida de uma comunicação escrita. Ponto final, parágrafo.

A reunião terminou, no dia 7, com eles a perguntar: «Mas podemos, no comunicado, dizer que foi a seu pedido que sai da diretor da TSF?» Ao que respondi, obviamente, que não. Saiu o comunicado sem ser ouvido do Conselho de Redação.

No dia 8, o Conselho de Redação pediu para ter uma reunião comigo e todos esses procedimentos são públicos. Não tive mais nenhuma reunião com ninguém, que me permitisse, sequer, perceber as razões da minha saída quer como administrador para a área editorial da Global Media, quer como diretor da TSF. Portanto, não lhe posso responder isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada Rosário Gambôa.

Se alguma vez senti pressões... Quando me perguntam o que é que é ser diretor de um órgão de comunicação social, há um paralelo na resposta: ser diretor de um órgão de comunicação social, em primeiro lugar, é proteger os seus. É proteger os seus, é proteger a redação, é proteger as redações, só assim nós mantemos sistemas democráticos minimamente vivos e decentes. Em segundo lugar, mas ao mesmo nível, é zelar pelo estatuto editorial. Zelar pelo estatuto editorial significa que as linhas orientadoras de cada órgão de comunicação social devem ser seguidas à risca e que todo o trabalho é em função das linhas editoriais desse estatuto editorial.

Preocupado com eventuais alterações e com aquilo que se adivinhava, e apenas se adivinhava, mas gerava em mim apreensões, sobre a nova gestão que aí viria, eu próprio, juntamente com o Conselho de Redação e toda a redação da TSF, aproveitando uma necessidade burocrática por parte da ERC, elaborámos um novo estatuto editorial justamente para proteger aquilo que é a missão da TSF. Esse estatuto editorial foi aprovado por toda a redação, pelo Conselho de Redação, e foi depositado na ERC em devido tempo.

Se eu senti pressões, um diretor que não sinta pressões ou um jornalista que não sinta pressões não está a fazer bem o seu trabalho. Se eu senti pressões da nova gestão, claro que sim. A nova gestão ainda mal tinha acabado de chegar, e o Sr. Paulo Lima de Carvalho, depois de ter tentado pressionar o diretor-adjunto da TSF, Ricardo Alexandre, para que ele denunciasse e

dissesse quem foi que aprovou uma determinada notícia que tinha ido para a antena e que tinha ido para o *site*, depois disso, e como viu gorados os seus objetivos, tentou fazer mesmo comigo, por escrito. Isto é apenas um episódio.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada perguntou se eu tenho conhecimento da situação financeira em 2023, antes da entrada do World Opportunity Fund. Tanto quanto é do conhecimento público, o Grupo fecha o primeiro semestre com um EBITDA de 430 e qualquer coisa mil euros. Portanto, esta era a situação, o quadro que havia no primeiro semestre de 2023.

Quanto às contas da TSF e sobre os prejuízos da TSF, respondendo à sua pergunta diretamente: um grupo como a Global Media carrega muitas das marcas em função daquilo que elas aportam como receita para o Grupo e, portanto, carregam, levam os custos de estrutura em função das receitas que tem. Tem sido sempre assim. Não sou da área financeira, mas esta é a leitura que existe — na área financeira, tínhamos um homem muito bom chamado Guilherme Pinheiro, que já foi aqui citado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Rosário Gambôa.

Portanto, como é que se reduziram os custos na TSF ao longo de 2021? Houve saídas de pessoas, mais do que aquelas que a direção editorial pretendia que saíssem. Muitas delas tentámos aguentar ao máximo para que não fossem embora, mas eram pessoas que usavam como argumentação estarem, de facto, numa fase da vida em que o que queria não era sair da rádio TSF, era sair do jornalismo, era sair da profissão.

O corte de custos da TSF fez-se a vários níveis, um deles na rede de emissores que tinha um custo excessivo em termos de manutenção e, portanto, o que se fez foi contratar uma equipa nova que olhasse para a rede de emissores, que estava, de resto, numa situação de fragilidade muito grande — ao atravessarmos o país já havia muitas falhas na própria rede. Portanto, essa

equipa nova com custo infinitamente mais baixo permitiu que houvesse uma poupança só na rede de emissores a rondar quase um milhão de euros.

A poupança foi muito feita por essa via e por uma outra via também de que já aqui falámos. De facto, houve um corte grande ao nível das colaborações com a opinião e com os programas etc. Manteve-se a estrutura da rádio o mais limpa possível, mas fazendo com que, ao mesmo tempo, pudéssemos melhorar a situação dos trabalhadores.

Já agora, respondendo a uma pergunta, que foi feita mais para a frente, lá chegarei, a propósito da melhoria da condição dos trabalhadores, sim, é verdade que, em fevereiro de 2023, a Comissão Executiva aprovou, repito, em 2023, a Comissão Executiva aprovou aumentos salariais para compensar as graves dificuldades que as pessoas estavam a sentir.

Começou primeiro por ser um aumento salarial. Volto a insistir, em fevereiro de 2023, a Comissão Executiva, respondendo àquelas acusações que o Sr. José Paulo Fafe me faz de que andei a enganar as pessoas, a Comissão Executiva, que era presidida pelo Sr. Marco Galinha, aprovou um aumento salarial. E isso foi feito por uma Comissão Executiva mais alargada, onde participava, por exemplo, o acionista José Pedro Soeiro que veio também carregar, para ajudar o Grupo a sair do sufoco em que estava — e lembro-vos que nós atravessamos um período de pandemia que foi violentíssimo e depois logo assim tivemos a questão da guerra.

Sim houve essa necessidade de melhorar a condição de vida das pessoas todas. Aumentou-se primeiro o subsídio de alimentação e, a seguir, estava previsto haver um aumento salarial escalonado. E esse aumento salarial parou a partir do momento em que entrou um novo administrador. Há, aliás, comunicações escritas desse novo administrador, respondendo ao diretor de recursos humanos, dizendo que iam aguentar os aumentos salariais até pelo

menos setembro, que era quando entraria de vez a restante equipa de produção — percebe-se agora, e sou eu que estou a acrescentar. Aguentaríamos até setembro e percebe-se agora, que era quando entraria a nova equipa de gestão escolhida pelo World Opportunity Fund.

Sim, desde o princípio, todos os trabalhadores, todas as redações sabiam quais eram as reais condições, as dificuldades que o Grupo atravessava. Sabiam há muito tempo, não é de agora, sabiam do esforço enorme que se fazia todos os meses para garantir solvabilidade e tesouraria para pagar salários e sabiam que estes aumentos salariais eram também fruto de um esforço enorme para que as pessoas pudessem ter uma ligeira melhoria nas condições de vida. Toda a gente sabia.

Não há nada naquelas redações de que as pessoas não soubessem e sabiam, em primeiro lugar, por mim. Sabiam das dificuldades que o Grupo tinha, em primeiro lugar, por mim. E não sabiam isso como tentativa de os amedrontar ou de os ameaçar que é um modelo de funcionamento estratégico, habitual, por parte das comissões executivas, não sabiam em função disso, sabiam porque era uma realidade efetiva. E não sabiam com base na ameaça, sabiam com base no pedido de ajuda: temos todos que nos ajudar uns aos outros, porque isto tem de seguir em frente, temos de fazer com que estes projetos vingam e temos de fazer o melhor possível, de exercer o melhor possível aquilo que é a nossa profissão. Todos sabiam.

Continuando com as suas perguntas, Sr.<sup>a</sup> Deputada Rosário Gambôa, sobre o fundo diz que investiu 10,3 milhões, não lhe posso responder a isso. Não faço a mínima ideia. Também não sei que fundo é esse, nem quem está por detrás do fundo. Também não lhe posso responder a isso.

Se eu acho que há aqui uma estratégia de desvalorização da empresa? Volto a dizer aquilo que é público: não consigo conceber que um

administrador, não consigo, sequer, conceber que um diretor ou que um jornalista fale mal em público dos sítios onde está, a menos que tenha razões para o fazer. Razões palpáveis: tratam-me mal, fazem-me assédio moral. Razões individuais.

Não consigo conceber que alguém que está num conselho de administração, numa comissão executiva, desvalorize permanentemente as suas marcas e, neste caso, desvalorize permanentemente duas marcas e, por arrasto, desvalorize uma terceira. Porque se se desvaloriza a TSF e o *Jornal de Notícias*, como tem vindo a ser desvalorizado ao longo destes meses, obviamente que o *Diário de Notícias* não fica em melhores lençóis, muito pelo contrário.

A menos que haja aqui uma tentativa de divisão das redações, o que me parece absolutamente impossível, porque enganam-se algumas pessoas durante algum tempo, não se enganam as pessoas todas durante todo o tempo. A menos que haja isso, a mim, parece-me que, do ponto de vista público, dizer que o *Jornal de Notícias* vende menos no País todo do que o *Correio da Manhã* no Porto, é uma desvalorização clara de uma marca. Não estou a dizer se é verdade ou mentira, mas os factos estão aí para serem provados à saciedade.

Fazer o que se tem feito com a TSF, a Rádio — a Rádio... Volto a dizer: ouçam a rádio de manhã, ouçam a rádio à tarde e vejam o sacrifício daquela gente, todos os dias, que vão para a rua! É uma rádio que continua, apesar de tudo, a tentar manter a sua reputação intacta. Ouçam, ouçam a rádio e vejam o que é que aquela gente não sofre e não faz.

Vejam o *Jornal de Notícias* todos os dias, vejam o próprio *Diário de Notícias* e as dificuldades que atravessam ao longo dos anos. Quando voltaram ao papel, depois de uma decisão errática que levou à suspensão do

*Diário de Notícias* em banca, vejam o esforço que aquela redação tem feito ao longo destes anos para se manter de pé.

Portanto, se é uma estratégia de desvalorização, se não é uma estratégia, não sei o que é Sr.<sup>a</sup> Deputada Rosário Gambôa. Não faço a mínima ideia. Como também não imagino o que é que possa acontecer. A destruição de valor tem sido tão grande, tão grave e tão gritante, que não consigo, sequer, vislumbrar o que é que pode acontecer daqui para a frente.

Mas posso responder uma outra pergunta que é: havia ou não havia conhecimento por parte do World Opportunity Fund sobre as contas reais da empresa? Bom, não me parece que o World Opportunity Fund seja a mercearia da esquina. Peço desculpa, mas não me parece que se faça uma *due diligence* e que, depois, não se perceba o que é que está na *due diligence*. Das duas, uma: ou não a fizeram bem feita, o que é grave, ou não olharam para ela, o que é mais grave ainda.

Portanto, se o Grupo, de junho até cá, e, entretanto, foram contratadas mais de 30 pessoas... Desde junho, sobretudo nos últimos meses, foram contratadas mais de 3 dezenas de pessoas. Nada contra essas pessoas que estão a sofrer também, só podem estar a sofrer. Não creio que haja no Grupo filhos e enteados, portanto, só podem estar a sofrer os novos contratados. Nada contra eles, nada contra esta gente que entrou agora, que eu não conheço de lado nenhum, mas não interessa. Nada tenho contra eles.

Mas se os custos do Grupo foram carregados, segundo aquilo que é público, porque não tenho acesso às contas agora, repito, segundo aquilo que é público, se os custos do Grupo foram carregados em quase 1,2 milhões por ano, então, não pode estar numa situação financeira tão difícil quanto isso. O que sei é que o Grupo nestes meses, que são meses terríveis... A atividade comercial dentro das marcas é muito sazonal. Nós temos estes períodos, de

janeiro e fevereiro, que são meses terríveis, depois, começa a recuperar. Agosto e setembro também são outros meses terríveis, volta a cair e, depois, temos o último trimestre do ano, que são meses muito bons do ponto de vista comercial para as marcas.

Ora, o Grupo perdeu nestes últimos meses 2,4 milhões, tanto quanto é de meu conhecimento, o que é, de facto, muito exemplificativo dos danos reputacionais que as marcas estão a ter nesta altura.

Creio, Sr. Deputado do Chega, que fui também respondendo a todas as suas perguntas, menos a uma que fez, mas eu faço questão de responder. Quando fui para diretor do *Jornal de Notícias*, fui, então, o diretor mais mal pago do *Jornal de Notícias*, embora considerasse eu que eram circunstâncias adversas e, portanto, que eu deveria ganhar, de facto, menos que todos os outros diretores que lá estiveram.

Quando fui para administrador da Global Media, os salários de administrador da Global Media rondavam os 16 000 € por mês, mais PPR (planos poupança e reforma) e coisas afins. Fui com o mesmo salário que auferia no *Jornal de Notícias*, passando esse salário do *Jornal de Notícias* a balizar todos os salários no Grupo a partir daí. Ou seja, não poderia haver nenhum administrador a ganhar o mesmo, não poderia haver a ganhar mais. Os diretores balizavam-se a partir daí também por esse salário. Isto para ser claro, Sr. Deputado do Chega, se essa questão o preocupa tanto.

Devo também dizer-lhe que vim para Lisboa com todo o sacrifício da minha vida pessoal e profissional, não tendo mais do que uma vontade imensa, como sempre tive, de salvaguardar e proteger aquilo que entendo que são marcas essenciais para a democracia em Portugal. E, já agora, estas são de facto marcas muito importantes para a lusofonia.

Qual é que deveria ser o papel do Governo, pergunta o Sr. Deputado do Chega, Não estamos apenas a falar de um grupo privado. Volto a dizer, não se trata da mercearia da esquina. Com todo o respeito por todas as mercearias do mundo, não se trata disso.

Estamos, de facto, perante marcas que são essenciais e que foram absolutamente estruturantes para a construção da nossa democracia. E, portanto, se é assim, tem de haver ao nível das entidades que regulam...

Temos um cardápio de ferramentas para regulamentar os órgãos de comunicação social em Portugal que é absolutamente inacreditável. É por todo o lado! O exercício do jornalismo é controlado por todo o lado. Então, é preciso que se controle quem controla os órgãos de comunicação social. Para que é que temos uma lei de imprensa tão clara, se, depois, não se consegue perceber qual é o emaranhado que existe por detrás destes órgãos de comunicação social?

Porque parece claro que hoje os grandes mecenas estão a desaparecer. Parece claro isso e parece claro que não há nenhuma democracia que resista, seja qual for, volto a dizer, seja qual for a nossa corrente política. Não me interessa, a mim, isso. Parece-me claro que nenhuma democracia resiste com base em ligações menos claras e com a posse dos órgãos de comunicação social não transparente e clara, como deve ser. Isso parece-me absolutamente claro.

Parece-me também claro que com este, e volto a insistir na palavra, cardápio que nos têm servido permanentemente na praça pública de desvalorização permanente das marcas, dificilmente haverá pessoas que, olhando para o que está a acontecer, queiram, digamos assim, meter-se neste saco de gatos.

E, portanto, somos todos nós que estamos a sofrer e que iremos sofrer com o que está a acontecer hoje na Global Media Group, que não é a mercearia da esquina. Há exemplos, na Europa, respondendo à sua pergunta, Sr. Deputado do Chega, há muitos exemplos na Europa, em que se olha para os órgãos de comunicação social e se encontram soluções que, por um lado, não representam uma instrumentalização política, seja qual for o Governo. Há muitos exemplos, é uma questão de olharmos para eles.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, creio que fui respondendo a tudo o que me foi perguntando a esse nível. Porque é que eu fui afastado? Acho que isso é irrelevante nesta altura. É irrelevante saber porque é que fui afastado, até por uma razão muito simples, porque todas as razões estão expostas perante toda a gente.

Se o Sr. José Paulo Fafe tem ou não tem, não me interessa se tem ou não tem, respondendo aqui à sua pergunta também do recomendável, se tem ou não tem ódio de estimação, não sei se o Sr. José Paulo Fafe tem ou não tem. Vi-o vi duas vezes na minha vida, uma delas a cruzar na TSF, já final do dia, nas Torres de Lisboa e outra delas a cruzar-se comigo a entrar na TSF no Porto, nos estúdios da TSF do Porto, e foi uma coisa muito rápida.

O conhecimento que eu tenho do Sr. José Paulo Fafe, é que quando ele quis ficar com o *Tal & Qual*, que era uma marca do Global Media Group, fui alertado pelo jurídico da empresa de que o senhor tinha uma dívida vincenda de 150 mil euros ao Global Media Group, desde 2009 — que já tinha corrido, aliás, trâmites em tribunal. Entendi, na altura, que nós não poderíamos suceder gratuitamente uma marca, fosse a quem fosse, muito menos a alguém que deve ou que devia 150 mil euros ao Grupo. Não sei se será por isso.

Entretanto, houve um acordo com os advogados, de parte a parte, e, nesse acordo com os advogados, de parte a parte, foi perdoada uma parte

muito substancial da dívida. E o Sr. José Paulo Fafe ficou a pagar, além disso, deveria pagar uma prestação sobre a parte em dívida, que passou de 550 mil para 20 mil euros, se não me falha a memória — pode falhar uns cêntimos.

Ficou de pagar essa dívida, mas, tanto quanto é do meu conhecimento, até junho, tinha liquidado cerca de 400 €, ou coisa que o valha, pagando, por outro lado, também, uma parte pela cedência do título, cerca de 800 €, e essa parte terá cumprido até junho.

Portanto, não conheço o senhor de lado nenhum, não o conhecia antes, nunca tive nenhuma reunião com ele. Não sei o que é que isso pode aferir do carácter ou da avaliação de gestão, seja de quem for. Mas de resto sei de notícias que são públicas, nomeadamente a dívida que, entretanto, se é que é verdade, mas são notícias, temos de acreditar naquilo que lemos ou, pelo menos, numa parte do que lemos que é «checável», terá também acumulado uma outra dívida durante esta gestão do *Tal & Qual*. Não posso avaliar a gestão de alguém que não conheço e cujos pergaminhos também não conheço.

Não sei se deixei alguma resposta por dar.

Deixo só que uma nota relativamente ao Sr. Deputado do Chega que me passou e peço-lhe desculpa por me ter passado esta sua pergunta. Os salários não estão a ser resolvidos. O que aconteceu hoje de manhã, tanto quanto é do meu conhecimento, foi que as pessoas receberam o subsídio de alimentação. Não sei se falhei alguma coisa. Se falhei, peço imensa desculpa.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Carla Sousa): —Muito obrigada, Domingos Andrade.

Srs. Deputados, ia fazer a pergunta, não vai dar-se o caso de haver alguém, algum grupo parlamentar que queira ou considere importante fazer uma segunda ronda. E estou a olhar para a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, que

me está a acenar com a cabeça que sim. Portanto, não sei se algum outro grupo parlamentar quer participar desta segunda ronda.

A Sr.<sup>a</sup> **Rosário Gambôa** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, existindo segunda ronda, o PS também querera participar

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Carla Sousa): — Parece-me que o PSD e o Chega também, portanto, vou respeitar novamente a lógica que temos vindo a seguir e, então, passava a palavra ao Sr. Deputado do PSD, João Montenegro, para o início de uma segunda ronda. Neste caso, agora eu penso que dispõem de 3 minutos.

O Jr. **João Montenegro** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, não gastarei o tempo todo.

Coloquei duas questões ao Domingos Andrade, questões essas que, de uma forma geral, foi respondendo genericamente, mas, tendo em conta a sua experiência, volto a repeti-las.

Tendo em conta a sua experiência, quer como jornalista quer como membro da Comissão Executiva, tendo em conta os anos e o histórico pelo que passou e passa, portanto, por este Grupo da comunicação social e, sobretudo, os últimos quatro meses e o conjunto circunstâncias destes últimos quatro meses, voltava-lhe a perguntar se acha que tem esta Administração condições para garantir a sustentabilidade do Grupo enquanto o conhecemos.

Uma outra questão que gostaria agora também de introduzir é a seguinte: tendo em conta as promessas desta nova Administração, nomeadamente de difusão do grupo Global Media no espaço lusófono, e com todas estas circunstâncias que estão em cima da mesa, nomeadamente na

defesa do trabalho e dos postos de trabalho dos jornalistas, há condições para manter esta linha no espaço da lusofonia do Grupo Global Media?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Carla Sousa): — Passava, então, a palavra ao Grupo Parlamentar do PS, à Sr.<sup>a</sup> Deputada Rosário Gambôa.

A Sr.<sup>a</sup> **Rosário Gambôa** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, primeiro, queria agradecer imenso ao Sr. Jornalista Domingos Andrade, pela forma absolutamente frontal com que respondeu a todas as nossas questões. Agradeço-lhe profundamente os dados que nos forneceu, que só podem aumentar a nossa inquietação acerca não só das questões laborais que são, e continuo a insistir, neste momento e devido à situação, prioritárias, até pelos reflexos que podem ter em termos de infrações à própria legislação laboral, pelas consequências que isso tem, e pelo que pode significar acerca da responsabilidade social de uma empresa.

A pergunta que tinha para lhe fazer, já a fiz há bocadinho, era, se fosse possível e se fosse capaz, para me dar algum horizonte, se considerar pertinente, uma vez que o que gostaríamos muito é que utilizasse este tempo para acabar de expor as suas preocupações ou o que entender que deve expor. Esse é o meu maior interesse de que exista uma segunda ronda, é que tenha o tempo para formular devidamente as suas inquietações.

A pergunta que lhe tinha colocado e que torno a reformular é esta: como é que imagina, daqui a um ano, o horizonte destas marcas e como é que imagina o horizonte da global Media?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Carla Sousa): — Passava agora ao Deputado Jorge Galveias, do partido Chega.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Domingos Andrade, apenas duas questões: falou em salários de Administração no valor de 16 000 €, mas não consegui perceber qual o relacionamento entre os valores dos 16 000 € e o seu vencimento de 8800 €? Havia uma disparidade entre o seu vencimento e o vencimento da Administração ou foi o senhor que fez a redução dos salários de todos os administradores para 8800 €?

Em segundo lugar, gostaria de saber qual é o tipo de relacionamento, estamos a falar em termos profissionais, obviamente, entre o Sr. Domingos Andrade e o Sr. Marco Galinha.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Carla Sousa): — Na ausência do Grupo Parlamentar do PCP, passava a palavra, por fim, à Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Vou tentar ser muito rápida.

Em primeiro lugar, pergunto se percebe porque é que a Administração escolheu o José Paulo Fafe, que tem este historial, para comandar um grupo como o Global Media, sobretudo num contexto em que, e repito esta pergunta, porque é que me está a fazer mais confusão, quem negociou à partida a entrada deste dinheiro, deste fundo, foi o próprio Marco Galinha. E, portanto, isto parece ter sido um acordo que deu errado, porque aquilo que parece agora é que há acionistas à guerra, acionistas esses que tiveram em acordo no momento da entrada do fundo e do reforço do capital, tanto que Marco Galinha se manteve na Administração.

Pergunto-lhe se a entrada deste fundo foi exatamente assim negociada, amigável, se esta transição era para ser uma transição suave e, nesse caso, quem é que escolheu José Paulo Fafe para comandar a empresa.

Uma penúltima questão, em relação às pressões, Domingos Andrade disse que já se adivinhava aquilo que viria aí com a nova gestão e por isso submeteu à ERC um novo estatuto editorial. Pergunto-lhe como é que se adivinhava e o que é que se adivinhava que viria em termos de pressão sobre a independência editorial, no caso, da TSF. Lembro que este não é o primeiro caso de que sabemos, houve outro que foi público, na altura em que a atual, atual já não, entretanto, demissionária diretora da TSF, Rosália Amorim, recebeu um parecer negativo do Conselho de Redação da TSF, supostamente por duvidarem ou não terem certeza sobre a sua capacidade de manter a independência editorial, dado o seu passado no *DN*.

Portanto, queria perguntar-lhe qual é o historial que faz das pressões que existiram por parte dos vários Conselhos de Administração, nomeadamente pela nova Administração perante as redações do Grupo.

A última pergunta muito rápida é se se apercebeu, se teve conhecimento e que comentário tem a fazer ao facto de haver alguns títulos, nomeadamente de revistas — a *Evasões* é um desses casos — que passaram para outra empresa, empresa é essa que pertence ao grupo do Marco Galinha. Esta é uma das questões que tem sido também muito colocada aqui nas outras audições que fizemos.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Carla Sousa): — Nesta segunda ronda, contabilizo 12 minutos de questões e, generosamente, dar-lhe-emos 15 minutos, para arredondar o tempo de resposta. Faça favor.

O Sr. **Domingos Andrade**: — Sr. Deputado Jorge Galveias, deixe-me começar por si, que vejo que o aflige muito essa questão: os salários dos administradores rondavam, aliás, eram superiores a 16 000 € e houve esse acordo tácito para baixarem os salários todos para o mesmo nível. Foi exatamente isso.

Já vou ao relacionamento entre mim e o Marco Galinha, mas, antes de mais, deixe-me começar por si, Sr. Deputado João Montenegro. Há um bocadinho passou-me ao lado, fui demasiado vago, se esta Administração tem condições para garantir a sustentabilidade do Grupo. Quer dizer, Sr. Deputado, está provada à saciedade a capacidade que tem esta Administração. Mas se há alguém que tem de atuar são os acionistas, os vários acionistas.

Os acionistas é que não podem estar, e parece que não estão, por aquilo que se vê na praça pública, não podem estar — vou usar uma palavra que é estranha neste contexto! — confortáveis com o que está a acontecer.

Por decorrência dessa resposta, dou-lhe a resposta à segunda pergunta, se não houver projeto de média, se não houver Global Media, se não houver mais do que Global Media... Global Media é uma inexistência, é apenas um chapéu, porque do que estamos a falar verdadeiramente é de marcas concretas e claras: TSF, *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias*, *Açoriano Oriental* e podemos continuar por aí. Podemos continuar por aí: revistas...

É tanto e de tal forma que a nível do País, do território, da lusofonia, aquilo que se perde é absolutamente avassalador. Portanto, não sei. Não sei responder a isso, não tenho forma de responder a isso.

E, olhando para a sua pergunta, Sr.<sup>a</sup> Deputada Rosário Gambôa, deixe-me replicar uma coisa que ouvi hoje de manhã, quando vinha a caminho de Lisboa, de alguém que exerceu funções no Governo do PSD, Miguel Poiares Maduro, que, hoje de manhã, tanto quanto consegui perceber, em declarações

no *podcast* do *Expresso*, disse que não há volta a dar à Administração, logo os acionistas terão de olhar para estas marcas e olhar para elas como aquilo que elas são e pelo seu valor intrínseco e individual.

Sobre a primeira pergunta que me faz Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua: quem negociou com este fundo? Não estive nas negociações do fundo. Não estive. Sei como é que foram decorrendo, soube informalmente como é que foram decorrendo estas reuniões com o dito cujo fundo, quem é que ia estando nestas reuniões. Podem perguntar e isso é uma pergunta que, com certeza, farão ao Sr. Marco Galinha. Não sei muito mais do que isso.

Isto era uma transição suave ou não? As garantias que fui tendo sob diversas formas, por escrito e oralmente, eram as de que este fundo não me queria na Administração. E, para mim, perfeito, porque foram três anos muito difíceis. Muito difíceis mesmo. Três anos de grandes dificuldades em chegar ao final do mês e respirar de alívio. Foram mesmo três anos muito difíceis.

Insistindo: o que me foi sempre garantido por parte dos acionistas, dos diversos acionistas, foi que eles não iriam tocar na TSF.

Indo à outra pergunta: quais são os indícios que têm? Bom, aquilo que lhe disse, Sr.<sup>a</sup> Deputada, quando vamos olhar para qual é o histórico que existe, é óbvio que ninguém pode ficar confortável quando tem como administrador alguém que tem ligações, que é sócio de uma empresa de assessoria de comunicação e com negócios intensos em parceria com outra agência de comunicação nas câmaras municipais.

É óbvio que isso me causa preocupações sobre a necessidade de estar muito atento a esse tipo de negócios. Aliás, devo dizer-lhe que a própria WL Partners, não era o meu pelouro, mas fui alertado para essa questão pelo, então, diretor comercial do Grupo, em 2021, chegou a apresentar uma

proposta que depois não foi adiante para ficar com as parcerias entre o Grupo e as câmaras municipais.

E pergunta a Sr.<sup>a</sup> Deputada, antes que me pergunte, e se não me pergunta, pergunto eu e respondo: mas o que é que é isso das parcerias com as câmaras municipais? Porque pode induzir aqui uma ideia de que há aqui uma coisa, mas as parcerias com câmaras municipais são todas aquelas conferências que têm uma relevância editorial absolutamente fundamental, desde a descentralização até ao nome de uma ponte, da ponte do Porto. É esse tipo de parcerias que são hoje fundamentais, evidentemente, para os órgãos de comunicação social.

A última pergunta, deixe-me dizer-lhe, e depois respondo — sei que falta uma sua, Sr. Deputado Jorge Galveias, do Chega. O relacionamento entre mim e o Marco Galinha foi sempre um relacionamento difícil por parte de alguém como o Marco Galinha, que exerce uma comissão executiva musculada, mas sempre dentro dos limites da decência pública.

E já agora, respondendo diretamente à sua pergunta, Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, tanto quanto é de meu conhecimento informal, como é o seu, do facto de haver, por exemplo, colaboradores dessas revistas que receberam contratos para assinar, repito, tanto quanto é do meu conhecimento, sim, será, mas não tenho nenhuma confirmação. Não lhe posso dizer: sim, as revistas passaram todas para as mãos de Marco Galinha. Não creio que me caiba a mim, e não tenho uma informação clara para lhe dar, tenho apenas uma informação sobre aquilo que me vai chegando, sem ser «checável», sem ter «checado», sequer, e, portanto, não tenho uma resposta clara para si.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Carla Sousa): — Muito obrigada, Domingos Andrade.

Penso que estamos, digamos assim, com pontos bastante mais claros relativamente a estas audições e às questões que estão a ser levantadas pelo Global Media Group. Para a semana continuaremos estas audições.

Nós ainda vamos ter aqui dois pontos de agenda. Peço apenas três minutos para nos despedirmos do convidado, após o que regressaremos outra vez para continuar a reunião. Muito obrigada.

*Eram 10 horas e 50 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.